

## Relato de Experiência

# Atividades recreativas em uma Casa Lar: contribuições à formação universitária

Valdelaine da Rosa Mendes

*Departamento de Ginástica e Saúde, ESEF da Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil*

**Resumo:** Este estudo analisa um Projeto de Extensão universitária de realização de atividades recreativas em cinco Casas Lares. Tem como objetivos discutir o contexto que leva ao abrigo e à permanência de crianças e adolescentes nesse tipo de instituição; analisar a configuração das relações que se estabelecem no interior desse espaço e identificar que contribuição essa experiência de aproximação da universidade pública com essa realidade traz para a formação profissional do professor de educação física. As análises realizadas neste texto são fruto de um conjunto de registros feitos em um diário de campo e acumulados ao longo de um ano letivo, período no qual foram executadas as atividades nas Casas. Também foram utilizados os questionários respondidos pelos estagiários sobre a atuação no Projeto de Extensão aplicados no final de cada semestre. A metodologia adotada seguiu os princípios de um enfoque qualitativo de pesquisa. O estudo revelou a necessidade de criação de espaços que assegurem o prazer nas Casas, como aqueles propiciados pelo Projeto de Extensão. Os gestores públicos e os profissionais que atuam nas instituições precisam compreender que os momentos de lazer, além de propiciarem aprendizagens, podem tornar os ambientes mais harmônicos e felizes.

**Palavras-chave:** Criança. Adolescente. Recreação. Formação. Extensão Comunitária.

### *Recreations activities in one Home House: basis to university formation*

**Abstract:** This study examines a university Extension Project of implementation of recreational activities in five Houses Homes. Aims to discuss the circumstances leading to the harbor and the residence of children and adolescents in this type of institution, review the configuration of relations established within this area and identify the contribution which the experience of approaching public university with that reality brings the training of teachers of physical education. The analysis undertaken in this text are the result of a series of records made in a diary from the field and accumulated over a year, a period in which the activities were implemented in the Houses. Were also used questionnaires answered by the trainees on the performance of the Extension Project implemented at the end of each semester. The methodology followed the principles of a qualitative research approach. The study revealed the need for creating spaces that provide the pleasure in the Houses, like those provided by the Extension Project. Public managers and professionals who work in institutions need to understand that the moments of leisure, and to provide learning, can make the surroundings more harmonious and happy.

**Key Words:** Child. Adolescent. Recreation. Formation. Community Extension.

## As origens das reflexões sobre as atividades recreativas em uma Casa Lar

O Projeto de Extensão “A Universidade vai à Casa Lar”, desenvolvido pela Escola Superior de Educação Física (ESEF) da Universidade Federal de Agave<sup>1</sup>, em cinco unidades das Casas Lares coordenadas e administradas pela Secretaria da Cidadania da Prefeitura Municipal de Agave, foi criado em março de 2008 com o propósito de desenvolver atividades recreativas com as crianças e adolescentes que residem nesses espaços. Trata-se de uma forma de aproximar universidade e sociedade, possibilitando, por um

lado, o acesso a atividades recreativas àqueles que residem nas Casas e, por outro, a oportunidade de qualificar a formação dos acadêmicos dos cursos de educação física através do contato direto com a realidade.

A realização das atividades tem como pressuposto a ampliação das experiências e aprendizagens tanto das crianças e adolescentes atendidos quanto dos alunos da graduação. Esses momentos de interação devem constituir-se como espaços de socialização em que o respeito às diferenças individuais e o afeto são requisitos fundamentais no desenvolvimento do trabalho. A escolha das atividades a serem realizadas baseia-se no interesse e na faixa etária dos grupos atendidos. Mesmo tendo o Projeto apenas um ano de existência, os diferentes sujeitos, ligados direta ou

<sup>1</sup> Para evitar qualquer tipo de identificação, todos os nomes utilizados neste estudo são fictícios. Tal procedimento foi, inclusive, adotado em relação ao nome da cidade onde estão situadas as Casas Lares analisadas.

indiretamente às Casas, têm avaliado como positiva a participação da ESEF nas instituições. Tal avaliação baseia-se na satisfação revelada pelas crianças e adolescentes com a oferta das atividades recreativas.

Pretende-se, com este estudo, a partir da intervenção realizada, discutir o contexto que leva ao abrigo e à permanência de crianças e adolescentes nesse tipo de instituição; analisar a configuração das relações que se estabelecem no interior desse espaço e identificar que contribuição essa experiência de aproximação da universidade pública com essa realidade traz para a formação profissional dos professores de educação física. São explorados, neste estudo, os elementos que permeiam as ações daqueles que atuam em uma Casa Lar e as circunstâncias do abrigo nesses espaços. Esses elementos sobressaíram-se durante a realização das referidas atividades recreativas.

As análises relatadas neste texto são fruto de um conjunto de registros feitos em um diário de campo<sup>2</sup> acumulados ao longo de um ano letivo, período no qual foram executadas as atividades nas Casas. Também foram utilizados aqui os questionários respondidos pelos estagiários sobre a atuação no Projeto de Extensão aplicados no final de cada semestre. A metodologia adotada seguiu os princípios de um enfoque qualitativo de pesquisa. De acordo com [Triviños](#) (2006), nesse tipo de investigação, há uma preocupação maior com o processo do que com o produto e os resultados. Nessa perspectiva, pretende-se identificar aspectos que permitam compreender os dados levantados de forma contextualizada.

É comum, quando se fala em Casa Lar, ouvir que se trata de um espaço onde estão jovens que cometeram pequenos ou grandes delitos, ou seja, há uma associação da imagem das Casas com a antiga Febem<sup>3</sup>. A oportunidade de apresentar uma realidade pouco conhecida à população em geral e, assim, modificar determinadas visões, é um aspecto importante do Projeto de Extensão aqui analisado, pois permite a ruptura de estigmas e a superação de preconceitos.

Quando a universidade, de alguma forma, aproxima-se desse espaço, ela permite aos acadêmicos e docentes um olhar diferente daquele presente no senso comum. E essas pessoas, na medida em que dialogam com tantas

outras em seu cotidiano, agem como multiplicadoras de uma visão mais próxima daquilo que realmente ocorre em uma Casa Lar e, principalmente, passam a compreender as razões que levam os sujeitos para esses espaços.

Tal conhecimento não permite que sejamos indiferentes com o que acontece ao nosso redor. Nos desenvolvemos como pessoas, tornamos nosso olhar mais crítico e menos conformado em relação à realidade.

Entende-se que a socialização<sup>4</sup> da experiência vivida no Projeto pode, além de auxiliar na compreensão daquilo que ocorre no interior das Casas, permitir reflexões sobre as situações vividas em outros espaços com características semelhantes. Em relação à formação em educação física, entende-se que a contribuição deste estudo está na possibilidade de demonstrar a relevância que a atividade recreativa orientada pode ter para os sujeitos que residem nas Casas Lares.

Por outro lado, este texto revela que o desenvolvimento do Projeto de Extensão demandou reflexões sobre elementos que vão além da especificidade da ação do professor de educação física, pois foi necessário compreender, além das circunstâncias que levam ao abrigo, as relações estabelecidas entre os sujeitos que residem e os que trabalham nas Casas e o papel do Estado no atendimento desses grupos. Tal necessidade indica o quanto esse tipo de experiência pode qualificar a formação e a ação de professores da área.

### **A formação do cidadão que vive em uma Casa Lar**

Uma criança ou um adolescente vai para uma Casa Lar quando se esgotaram todas as possibilidades de permanência na família. Isso ocorre quando esses sujeitos são abandonados ou sofrem maus-tratos por parte daqueles que deveriam zelar por sua segurança.

A problematização das circunstâncias de abrigo de crianças e adolescentes é importante porque a maior parte das crianças e adolescentes (ou a totalidade) que frequentam as Casas Lares de Agave são provenientes de uma camada da população desfavorecida economicamente. Assim, não é qualquer sujeito que é retirado de sua família e vai para uma Casa Lar, mas apenas aqueles que, de alguma forma,

<sup>2</sup> Diário de campo elaborado pela autora do estudo.

<sup>3</sup> A Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) – órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, determinadas pelo poder judiciário, aplicadas a adolescentes infratores – foi

extinta em 2002, quando foi criada a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase/RS).

<sup>4</sup> Realizou-se um levantamento bibliográfico sobre instituições de abrigo e não se localizou estudos na área da educação física.

são vítimas das privações da vida material e social.

O predomínio nesses espaços de pessoas menos favorecidas economicamente pode indicar que a ausência de condições dignas de vida seja a razão para a falta dos requisitos necessários para cuidar dos filhos. E essa mesma ausência de condições básicas de existência pode também ser responsável pela frágil estrutura emocional e material que acaba por induzir algum tipo de situação violenta no lar.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2004, em 589 estabelecimentos que integram a rede de abrigos que recebem recursos do Governo Federal, detectou-se que os motivos relacionados à pobreza (52%) foram os mais citados para o abrigamento (SILVA, 2004). Outro dado que chama a atenção no relatório é o fato de 86,7% das crianças e adolescentes abrigados possuírem família. Os dados obtidos nessa pesquisa, referentes às condições econômicas e aos vínculos familiares, vão ao encontro daquilo que se constatou nas Casas Lares aqui analisadas.

O direito de ser criado e educado por uma família e ter assegurado tanto a convivência familiar quanto a comunitária está garantido a todas as crianças e adolescentes brasileiras na [Lei 8.069/1990](#), que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). No art. 22, a lei atribui aos pais o dever do sustento, guarda e educação dos filhos menores e, no art. 24, define que a perda e a suspensão do pátrio podem ser decretadas judicialmente.

A [Constituição](#) Federal de 1988, no art. 227, determina que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Também prevê proteção de “toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Embora, como afirma [Benevides](#) (2002), a [Constituição](#) de 1988 tenha avançado, em relação às anteriores, do ponto de vista dos direitos humanos, o fato de muitos desses direitos ficarem relegados ao papel provoca a permanência ou o avanço de muitos dos problemas que afligem a população.

Os sujeitos residentes nas Casas Lares sofreram, ao longo da vida, processos desumanizadores, seja pela carência afetiva ou material, ou pelos dois. Dessa forma, a vivência

nas Casas não pode conservar ou reforçar esses processos. Esses sujeitos precisam de um tratamento digno, sem nenhum vestígio de qualquer ação desumanizadora.

Uma criança e um adolescente terão uma existência mais humanizada na medida em que tiverem acesso àquele conjunto de direitos assinalados na [Constituição](#) de 1988. Vislumbrar isso no universo social brasileiro é quase uma utopia, dada a conjuntura política e econômica da nação. Para [Telles](#) (2001, p. 118), “a pobreza brasileira é (e sempre foi) espantosa e só vem aumentando sob o efeito conjugado da recessão econômica, reestruturação produtiva e desmantelamento dos serviços públicos [...]”. Tais processos decorrem dos necessários ajustes estruturais para a conservação do capitalismo, o que significa que somente com a superação desse modo de produção será possível efetivamente modificar essa realidade.

Como já mencionado, os sujeitos que vão residir em uma Casa Lar são, na maior parte das vezes, provenientes de um mundo repleto de privações; que passam pela precariedade da habitação, escassez de alimentos, informalidade do trabalho, fragilidade do sistema educacional, ausência de espaços de lazer, debilidade no atendimento à saúde, entre tantas outras coisas. O resultado desse conjunto de privações é a impossibilidade de o ser humano fazer-se um sujeito histórico, o que pressupõe o acesso ilimitado àquilo que foi produzido pela humanidade.

Em relação ao universo de trabalho da educação física, esse acesso está relacionado à apropriação do patrimônio da cultura corporal produzido historicamente. Isto significa mostrar para as crianças e adolescentes que o “homem não nasceu pulando, saltando, arremessando, balançando, jogando, etc”; mas que “essas atividades corporais foram construídas em determinadas épocas históricas, como respostas a determinados estímulos, desafios ou necessidades humanas” ([SOARES](#) et al, 1992, p. 39).

## Contexto

### Características das Casas e circunstâncias do abrigamento

As Casas Lares são abrigos mantidos pela Prefeitura Municipal de Agave<sup>5</sup> onde residem crianças e adolescentes que não têm família ou que delas foram retirados. Algumas entidades, como Conselho Tutelar e Promotoria, atuam

<sup>5</sup> Essas Casas também podem ser mantidas pela iniciativa privada. Nesse caso, em grande parte são instituições filantrópicas.

como aliadas nas ações desenvolvidas nas instituições.

Na cidade de Agave, existem seis Casas Lares<sup>6</sup>, em que os moradores são divididos de acordo com a idade e sexo. Essa regra não é seguida somente no caso de crianças de zero a seis anos, em que meninos e meninas frequentam a mesma residência. A partir dos sete anos, as crianças são separadas por sexo e vão viver em outras instituições. Essa mudança irá ocorrer, mais uma vez, por volta dos doze anos.

Há irmãos e primos que residem nas Casas, mas que nem sempre têm a possibilidade de viverem no mesmo lar devido aos critérios de sexo e idade citados. Nesse caso, são promovidos encontros esporádicos para que membros de uma mesma família não percam o contato. Aliás, esse é um princípio que deve ser seguido por entidades que desenvolvam programas de abrigo, definido pelo ECA, no inciso V do art. 92: o “não-desmembramento de grupos de irmãos”. Esse tipo de aproximação ocorreu durante a realização do Projeto quando eram realizadas atividades de integração (jogos, gincanas, brincadeiras) entre as Casas.

Todas as residências onde funcionam as Casas Lares de Agave são alugadas, estão situadas em diferentes locais da cidade e não possuem qualquer tipo de identificação indicativa de que ali funciona uma Casa Lar. Essa é uma medida importante para evitar ações preconceituosas das pessoas que vivem no entorno desses estabelecimentos e também para impedir determinados estigmas em relação às crianças e aos adolescentes.

Nas Casas vivem, em geral, grupos de mais de 12 pessoas, além dos educadores sociais e funcionários<sup>7</sup> que cuidam da manutenção e das refeições dos moradores. O cuidado com o “lar” é responsabilidade das pessoas que lá trabalham e dos próprios residentes. A estrutura das Casas é bastante variada, bem como a mobília e os equipamentos eletrônicos disponíveis em cada uma delas.

Como uma entidade pública depende de licitação ou de tomada de preços para efetuar compras, não é raro ocorrer a falta de algum produto. As dificuldades e as necessidades são dribladas com soluções improvisadas e criativas, como, por exemplo, a aplicação de álcool com

arruda para matar piolhos. Nesse caso, a explicação para a adoção de tal alternativa, com tantos produtos à disposição no mercado, era justamente a morosidade de uma compra solicitada à prefeitura.

As Casas recebem muitas doações, o que revela uma grande sensibilidade da sociedade em relação aos sujeitos que lá residem. Entretanto, essa sensibilidade parece ser maior em relação às meninas e às crianças menores. Identificou-se que a idade e o sexo são aspectos que facilitam ou dificultam o recebimento de doações. Para ilustrar tal situação, em um determinado momento de desenvolvimento das atividades recreativas nas Casas, percebeu-se que muitos alunos, em especial os meninos a partir dos oito anos, tinham poucos agasalhos e calçados para participar das aulas. Isso, em uma região fria do país, poderia afastá-los das atividades recreativas, já que grande parte delas eram realizadas em espaços abertos.

Para resolver essa situação, em um primeiro momento, recorreu-se aos gestores da prefeitura, que argumentaram ser bastante demorado o processo de compras de agasalhos e calçados. Assim, dada a urgência da situação e a proximidade do inverno, optou-se por realizar uma “campanha do agasalho” na universidade. Essa foi uma medida emergencial para minimizar o problema. Está longe, porém, de atender a todas as necessidades das crianças e adolescentes, que não podem ter sua existência legada à boa vontade da população. Cabe, dessa forma, ao poder público assegurar os meios que garantam uma vida digna a essas crianças e adolescentes, conforme definido no ECA e na [Constituição](#) Federal de 1988.

Um aspecto importante dessa ação de extensão é a compreensão de que os sujeitos que vivem nas Casas Lares não devem depender de ajuda comunitária ou de filantropia. É preciso ter clareza sobre o papel do Estado na formação da cidadania. Isso passa pela superação da confusão entre direito e ajuda, cidadania e filantropia ([TELLES](#), 2001). Essa discussão é necessária, em especial, pela proliferação, nos últimos anos, do discurso da relevância do trabalho voluntário e da responsabilidade social.

Para [Telles](#) (2001, p. 156), o mundo da filantropia é o terreno da destituição de direitos pautado “pela redução de investimentos públicos na área social previstos na Constituição Federal e na LOAS<sup>8</sup>”. Trata-se, de acordo com a autora, de “uma redefinição conservadora das relações

<sup>6</sup> Seis é o número de Casas que são administradas pela prefeitura, pois há outras que são privadas.

<sup>7</sup> É comum encontrar nas Casas, além dos funcionários concursados ou contratados pelo município, pessoas que desenvolvem algum trabalho voluntário (como aulas de dança e artesanato e cuidados de higiene) ou estagiários das universidades da cidade.

<sup>8</sup> Lei Orgânica da Assistência Social, Lei n. 8742, de 07/12/1003.

entre Estado e sociedade, que elide a questão dos direitos pela transferência de responsabilidades públicas na prestação de serviços sociais para a assim chamada comunidade” (p. 158). Para os estudantes de educação física, ainda em formação na universidade, é importante a compreensão desses discursos de modo a criticá-los e a questioná-los para não tratar esse tipo de ação como natural, mas como algo decorrente do tipo de relação que se estabelece na sociedade.

É notável o pouco cuidado que os abrigados têm com a estrutura da Casa e com os equipamentos lá presentes. É recorrente a depredação de tudo o que compõe esse espaço. Isso parece ter a ver com um conjunto de aspectos, como a história familiar, a ausência de um sentimento de pertencimento em relação às Casas, a baixa autoestima, etc. Em algumas situações, percebeu-se que a destruição de um equipamento ou de um brinquedo era encarado com indiferença pelos abrigados. O relato da estagiária Carmem ilustra essa situação: “Na semana passada, tinha uma cadeira tão bonitinha, estofada, tipo cadeira do papai, mas para criança, e esta semana quando chegamos lá, ela estava toda rasgada, destruída, com a esponja saindo para fora”. Esse tipo de constatação foi feita várias vezes no decorrer do ano de desenvolvimento do Projeto.

Das discussões e brigas entre os abrigados resultam, não raras vezes, móveis e utensílios danificados. De acordo com a estagiária Cíntia: “eu cheguei lá e elas estavam consertando os guarda-roupas”. Na situação relatada, o móvel foi danificado durante uma briga. Nesse caso, fazer com que o grupo consertasse o estrago era uma forma de ensinar a cuidar da Casa e, ao mesmo tempo, a assumir a responsabilidade pelos danos causados.

Como há uma significativa rotatividade dos abrigados, é comum haver, em determinados períodos, superlotação de uma Casa. Em uma conversa com Judite, uma profissional que trabalha em um desses lares, ouviu-se: “já chegamos a ter 25 adolescentes aqui e 52 na Casa X”.

A entidade não pode se recusar a receber um sujeito em uma situação tão frágil da sua existência. Entretanto, a tentativa de resolver um problema acaba sendo geradora de outras dificuldades, já que quanto maior for o número de pessoas em uma Casa, maiores serão as chances de aparecimento de conflitos. A ampliação do número de residentes dificulta também a acomodação das crianças e adolescentes, que precisam dividir o espaço com

um número de pessoas bem além do que a instituição comporta.

Essa é uma questão que precisa ser permanentemente discutida, pois, de acordo com o ECA, no art. 92, inciso III, as entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar, entre outros princípios, um “atendimento personalizado e em pequenos grupos”. É praticamente impossível assegurar esse princípio quando as Casas estão superlotadas. Com um elevado número de crianças e adolescentes no mesmo local, fica muito difícil, para as pessoas que lá trabalham, a realização de um atendimento individualizado.

O universo social de grande parte das crianças e adolescentes abrigados é composto por comunidades imersas no mundo do crime, do tráfico e da violência. De acordo com Vilma (Diário de Campo, 20/05/2008), em um determinado momento, das 23 crianças da Casa X, 17 eram filhos de usuários de crack<sup>9</sup>. Dadas as características e os efeitos nefastos do crack, questiona-se as condições desses pais para cuidarem dos filhos; ao mesmo tempo, questiona-se as razões que os levam a essa dependência.

Sujeitos que estão à margem de tudo tornam-se mais vulneráveis às drogas e ao tráfico. Em um momento de desenvolvimento das atividades recreativas, a estagiária Carmem lembrou de uma conversa com o grupo de meninas: “numa roda, contaram que fumam desde os cinco anos, que fugiam da Casa, que eram agredidas com uma garrafa por uma educadora social. E, quando fogem, vão atrás dos padrinhos e não dos pais” (Diário de Campo, 28/10/2008).

O estagiário Luis também mencionou ter ouvido de um menino: “daqui a quatro anos a gente vai estar morto” (Diário de Campo, 02/09/2008). Essa frase parece indicar a falta de perspectiva em relação à vida ou a incapacidade de sonhar. Se é que há lugar para o sonho para um sujeito que foi abandonado ou violentado por aqueles que mais lhe deveriam dar afeto, atenção e acolhimento. Também pode ser interpretada como uma análise da realidade por parte dos meninos que vivem nas Casas, em que a morte, seja pela droga ou pelo crime, faz parte do seu cotidiano. E, assim como acontece com o vizinho,

<sup>9</sup> O crack é uma droga de efeito rápido (10 a 15 segundos), porém com duração curta (aproximadamente 5 minutos). Para intensificar os seus efeitos, o usuário tende a aumentar a dose e a frequência do uso. As quantidades maiores podem levar o usuário a desenvolver um conjunto de sintomas, denominados “psicose cocaínica”, que incluem comportamento violento, irritabilidade e atitudes bizarras devido ao aparecimento da paranoia. O uso intenso da droga pode levar à morte, decorrente de fibrilação ventricular ou diminuição dos centros cerebrais que controlam a respiração (Brasil, 2009).



com o amigo ou com o parente, pode ocorrer com qualquer um deles.

Em um estudo em que analisam a relação entre violência e educação, Zaluar e Leal (2001, p. 155) investigam os jovens que vivem em bairros de alta vulnerabilidade social: “mesmo que muitos não tenham consciência disso, esse viver é também muito curto, pois a quase totalidade deles morre antes dos 25 anos”. Expectativa semelhante a essa pode ser depreendida da fala relatada por Luis.

Essas crianças e adolescentes conservam registrada, em suas memórias, a violência a que foram submetidos, seja ela na forma de agressão física, de pressão psicológica ou de abandono. A ruptura de vínculos é algo presente entre os abrigados e ocorre com a família, quando são dela afastados; com as Casas, quando mudam para outra; e com os amigos, quando retornam para a família ou são adotados. A cada uma dessas separações, novas relações de apego precisam ser elaboradas pelas crianças e adolescentes.

A carência de afeto, de acolhimento e de amor expressa-se no convívio com os abrigados de forma contraditória, pois, ao mesmo tempo em que demonstram afeição pelos professores, com beijos, abraços e contatos permanentes, agridem os colegas oral e fisicamente.

Em seu relato sobre as atividades recreativas desenvolvidas em uma das Casas, a estagiária Cleusa mencionou as constantes brigas e empurrões entre as crianças e disse ter ouvido de uma delas: “aqui a nossa regra é assim, bateu no pequeno a gente demole eles” (Diário de Campo, 14/10/2008). Já para a estagiária Tais, isso dificultava a realização do trabalho programado: “a rivalidade, as brigas que as gurias tem umas com as outras, o ciúmes, essa foi uma dificuldade que acabava atrapalhando o andamento das aulas”.

O desenvolvimento das atividades recreativas, durante o ano analisado, permitiu compreender algumas características que levam ao abrigo e identificar aspectos nas Casas que precisam ser qualificados, o que reforça a relevância de ações acadêmicas, do ponto de vista da formação profissional em educação física, para além dos muros da universidade.

### **Convívio**

#### *Viver e trabalhar em uma Casa Lar*

Nas Casas Lares residem muitas pessoas, o que pode levar à criação de uma rotina institucional. Um objetivo do Projeto de Extensão “A Universidade vai à Casa Lar” é o de retirar as crianças e adolescentes das rotinas do cotidiano,

levando-os a perceber outras possibilidades que a vida lhes apresenta. No encerramento das atividades do primeiro semestre letivo, um menino disse: “que pena que vocês não vêm mais, vocês nos acalmam”<sup>10</sup>.

Essa fala expressa o conflito que o convívio de tantas crianças e adolescentes em um mesmo espaço pode gerar. Isso não é difícil de compreender, pois lá residem pessoas com condições muito diversas de vida. As razões que os levam a esses locais também ajudam a entender os comportamentos agressivos e as dificuldades para conviver em grupo. As referências de mundo que cada sujeito traz consigo foram constituídas, com diferentes configurações, tanto no núcleo familiar quanto no comunitário.

Um aspecto que chama a atenção no desenvolvimento do Projeto é a alteração no comportamento das crianças e adolescentes quando eles saem das Casas. Os conflitos, as brigas e as tensões são menores nos espaços utilizados fora das instituições. Inclusive, é mais gratificante para os estagiários de educação física desenvolverem atividades recreativas nesses espaços porque são mais bem-sucedidos naquilo que propõem aos alunos.

Sempre se procurou retirar os abrigados das residências para a realização dos jogos e brincadeiras, como forma de afastá-los da rotina vivida na instituição, levando-os para as instalações da universidade para a vivência de experiências no campo de futebol, no ginásio de esportes, na sala de ginástica e na sala de dança. Também são usados parques, praças e outros espaços onde seja possível oportunizar-lhes novas experiências. Para realizar o deslocamento dos atendidos, é normalmente utilizado um transporte fornecido pela prefeitura. É justamente isso que possibilita levar os abrigados para lugares mais distantes, já que pequenos trajetos eram feitos a pé.

É preciso que se diga: esses foram momentos muito interessantes do Projeto. Nos deslocamentos, as crianças e adolescentes aproveitavam para conversar com a equipe de trabalho e falar um pouco de suas vidas, de seus sonhos e de suas expectativas. Estabelecia-se ali uma relação de confiança que permitia pequenas confidências sobre a história de vida de cada um. Os deslocamentos constituíam-se, dessa forma, em um momento de maior conhecimento dos sujeitos com os quais se trabalhava.

<sup>10</sup> Como os estágios têm duração de um semestre letivo, a cada período, novos acadêmicos atuam nas Casas.

Atuar em uma Casa Lar é uma tarefa bastante complexa. Isso porque não se trata de um espaço qualquer de exercício profissional. As Casas, por serem espaços que se constituem como verdadeiros lares, acabam levando aqueles que lá atuam a uma dupla tarefa: por um lado, de cumprirem com a especificidade de sua função – merendeira, faxineira, educador social, assistente social –, por outro, de ampararem e acompanharem o cotidiano dos abrigados. Isso significa compartilhar com os residentes todos as alegrias e dificuldades da sua existência.

O Estado pode dar casa e comida, mas o carinho e o afeto dependem de relações que são construídas e elaboradas a partir do convívio entre pessoas com ou sem laços sanguíneos. Em geral, tais vínculos são estabelecidos desde que o sujeito nasce por meio da interação com os adultos que assumem a responsabilidade pelo cuidado com a criança. Para [Alexandre; Vieira \(2004, p. 208\)](#), “é essencial o entendimento de que a privação de laços afetivos durante a infância interfere no desenvolvimento saudável da criança, podendo afetar suas relações com o outro e com o meio que a cerca”.

Podem ser exigidos das pessoas que trabalham nas Casas formação, compromisso, mas não há como obrigá-los a estabelecer um vínculo de pertencimento com os abrigados, como aquele que é elaborado na família. De fato, os sujeitos que residem nesses espaços têm assegurado abrigo, alimentação, educação e assistência médica; como ficam, porém, os vínculos afetivos entre os abrigados e as pessoas que trabalham nas Casas? Tais laços, diferentemente do que ocorre em uma família, são estabelecidos a partir de uma convivência não escolhida.

Assim, como a rotatividade dos abrigados nas residências é grande, o estabelecimento de vínculos também fica prejudicado. No desenvolvimento das atividades recreativas do Projeto, era comum, a cada semana, encontrar crianças e adolescentes diferentes. Ao mesmo tempo em que novos sujeitos eram abrigados, outros retornavam para a família ou, em alguns casos, fugiam.

Em qualquer família, há um conjunto de pactos que definem como devem ser as relações naquele espaço. Tais pactos estão vinculados a motivos de natureza diversa, como religião, cultura, herança comportamental. Em uma Casa Lar, questiona-se que valores e referências definem as relações lá estabelecidas, já que muitos sujeitos são provenientes de espaços totalmente desprovidos de regras.

Cada criança ou adolescente que vai para uma Casa Lar leva consigo uma história de privações de direitos. Assim, os profissionais que têm o seu sustento e o de sua família assegurados graças ao trabalho que desempenham nesses espaços, têm, na realidade, um dia-a-dia permeado por situações bastante complexas e imprevisíveis.

Um debate permanentemente presente durante a experiência aqui analisada dizia respeito à atuação dos profissionais nas Casas, pois se percebeu, ao longo do trabalho, certa heterogeneidade no desempenho das funções dessas pessoas. Tal diversidade não tinha a ver com o tipo de função, mas com o tipo de relação estabelecida entre os trabalhadores e os abrigados.

A estagiária Ana, em uma reflexão sobre as ações no interior das Casas, chegou a questionar se há algum benefício para as crianças e adolescentes em serem abrigados: “Inicialmente achei que as crianças habitavam um local mais harmonioso. Constatei que, de certa forma, as crianças seguem tendo dificuldades e problemas, iguais ou maiores do que antes de irem para as Casas”.

Encontraram-se profissionais carinhosos e afetuosos com os abrigados, mas também se presenciou cenas de repreensão permeadas por gritos, ameaças e castigos. De acordo com Vilma, uma profissional diretamente vinculada às Casas, “os funcionários não têm, muitas vezes, uma realidade muito distante da das crianças”. Isto é, muitas vezes, essas pessoas são oriundas do mesmo universo social daqueles que estão sob os seus cuidados.

As tarefas e o cuidado com a Casa também eram questionados quando se presenciava algum aluno executando funções que se pressupunha serem de responsabilidade de um profissional. Quem deve realizar tarefas como arrumar, limpar, cozinhar, etc.? De fato, é importante que sejam compartilhadas funções entre todos os que lá residem de forma a que aprendam essas tarefas e, ao mesmo tempo, compreendam a importância da cooperação e do trabalho coletivo. Entretanto, isso não significa isentar as pessoas que formalmente lá trabalham das suas obrigações.

Para Vilma, que atua na gestão das Casas, havia uma compreensão dentro da prefeitura, até 2005, de que quem era designado para trabalhar nas instituições de abrigo estava sofrendo uma punição. A profissional relatou que havia um entendimento de que “os técnicos que ‘não prestavam’ iam para os abrigos” (Diário de Campo, 20/05/2008).

Ao longo do ano em que se atuou nas Casas, viu-se, com certa preocupação, a pouca paciência de alguns trabalhadores com as crianças. Tal constatação pode estar relacionada ao desejo de não trabalhar naquele lugar, já que, na atualidade, a opção por um posto de trabalho não está à disposição da maior parte dos trabalhadores e, quanto menor a sua qualificação e escolarização, mais reduzidas serão as suas chances de escolha. As pessoas que trabalham nas Casas Lares do município aqui analisado são, em sua maioria, concursadas pela prefeitura. Entretanto, o concurso que realizaram não necessariamente tinha como local de atuação um abrigo de crianças e adolescentes.

Uma outra hipótese para um comportamento pouco afetuoso seria aquela anteriormente apontada por Vilma de que os funcionários não têm uma realidade muito diferente da das crianças. Assim, ao terem contato com os abrigados, projetam sua própria história em um quadro com grandes limitações materiais e emocionais.

Em estudo já citado, as autoras Zaluar e Leal (2001, p. 160) afirmam que “o recurso da escola a procedimentos de castigo e humilhação de crianças precisa ser repensado, sob pena de o sujeito ter a sua estrutura afetiva abalada, o que pode ter como resultado a perda da autoestima, a timidez, a revolta ou a falta de vergonha”.

Essa constatação das autoras em relação às experiências escolares pode ser transferida para os abrigos; porém, nesses espaços, pode ser que os procedimentos rigorosos acabem por reforçar a baixa autoestima, a timidez e a revolta de sujeitos que já foram, de alguma forma, rejeitados por suas famílias. Esses sentimentos estão permanentemente presentes nas atividades desenvolvidas. É possível ilustrar essa constatação com o relato do estagiário Tomaz sobre a compra de caixas de jogos de botão para apresentar aos alunos nos dias de chuva. Quando ele chegou a Casa com o material, uma das crianças mencionou: “não precisa gastar dinheiro conosco” (Diário de Campo, 11/11/2008). Essa fala expressa a baixa autoestima desses sujeitos, que chegam a julgar não serem merecedores de um presente.

De acordo com [Mello](#); Silva (2004, p. 103), com o ECA, “os profissionais das entidades que oferecem programas de abrigo passam a ter o papel de educadores, o que requer não apenas profissionalização na área, mas também a existência de uma política de recursos humanos que envolva seleção adequada; capacitação permanente, considerando as peculiaridades e dificuldades do trabalho a ser desenvolvido;

incentivos e valorização, o que também inclui uma remuneração adequada”.

Esses requisitos são fundamentais para qualquer trabalhador, mas, em especial, para aqueles que atuam em espaços como as Casas Lares; tornam-se imprescindíveis na medida em que uma boa atuação profissional (com crianças e adolescentes com histórias tão complexas) terá mais chances de ser bem-sucedida se esses trabalhadores forem bem qualificados, remunerados e valorizados.

## Formação

### *Demandas que extrapolam a especificidade da educação física*

O contato com grupos, como os que vivem nas Casas, permite, aos estudantes do curso de educação física, a problematização da realidade e a percepção da não naturalidade dos fenômenos sociais. Tal experiência possibilita aos acadêmicos compreender que é um conjunto de condições que conduz ao abrigamento. Grande parte dessas condições tem a ver com a já mencionada precariedade das famílias dos sujeitos que vivem nas Casas, que, além da pouca base material, também apresentam grandes fragilidades emocionais. É possível, inclusive, que muitos desses pais e mães reproduzam os maus-tratos e o abandono de que foram vítimas em sua infância e adolescência.

De acordo com [Berger](#); Luckmann (2001, p. 189), durante a socialização primária, “a criança interioriza o mundo dos pais como sendo o mundo, e não como o mundo pertencente a um contexto institucional específico” (grifo do original). Isso significa que as referências acumuladas, nos primeiros anos de vida, estão diretamente vinculadas àquilo que lhe foi oferecido no ambiente familiar, que constitui o seu mundo. A criança não é capaz de compreender que determinadas vivências são específicas de um determinado meio. Tal compreensão somente vai ocorrer na socialização secundária, quando a interiorização de valores deixa de ocorrer somente a partir das relações estabelecidas com os pais. Nesse momento, o contexto institucional (da escola, da igreja) passa a ser percebido.

Esse mundo interiorizado pela criança nos primeiros anos de vida influenciará na formação de sua personalidade. Isso significa que os maus-tratos e o abandono sofridos pelos sujeitos que vivem nas Casas Lares refletirá no modo de ser e de agir de cada um. Essa foi a constatação de [Azôr](#); Vectore (2008) em um estudo sobre o papel da família no processo de abrigar/desabrigar, em que demonstram como a falta do afeto familiar é



definidora do comportamento das crianças e adolescentes que vivem em abrigos.

Os sujeitos que vivem nas Casas Lares tiveram seus direitos violados na medida em foram retirados de suas famílias ou abandonados por elas. Essa constatação remete à necessidade de o poder público criar condições adequadas de vida para essas pessoas, de forma que tenham sua dignidade assegurada. Isso passa por boas condições de moradia e alimentação; de acesso à cultura, à educação e à saúde; e também por um atendimento qualificado da parte daqueles que prestam concursos ou são contratados para atuar nas Casas. Atualmente, no município de Agave, só há uma profissional concursada na área da educação física para trabalhar em todas as Casas.

O trabalho do professor de educação física, ao impor nas atividades desenvolvidas um “sentido lúdico que busca instigar a criatividade humana à adoção de uma postura produtiva e criadora de cultura”, pode favorecer a aprendizagem de valores como cooperação e solidariedade (SOARES et al 1992, p.40).

Em relação ao processo de formação inicial, o objetivo do Projeto de Extensão aqui analisado é oportunizar aos estudantes universitários a atuação com crianças e adolescentes abrigados como forma de possibilitar o contato com grupos vulneráveis socialmente. Pretende-se que esse tipo de experiência colabore no processo de formação dos futuros profissionais de educação física de modo a permitir tanto a aprendizagem sobre a realidade das crianças e adolescentes que vivem em abrigos, quanto o desenvolvimento de uma sensibilidade para o trabalho com esse público. Isso porque muitos acadêmicos sequer ouviram falar de uma Casa Lar, como a estagiária Cleusa, que afirmou: “na realidade, nunca tinha pensado, ao menos ouvido falar muito sobre as Casas Lares; o meu conhecimento e entendimento sobre as Casas veio com o primeiro encontro do PCC<sup>11</sup>”.

A atuação em uma Casa Lar permite aos futuros profissionais refletir sobre aquilo que é específico do seu campo de atuação, nesse caso, as atividades recreativas e esportivas, mas permite ir muito além disso. É preciso desenvolver a capacidade para lidar com as mais variadas situações que surgem no dia-a-dia das Casas. Um exemplo disso é a chegada de uma criança ou adolescente recém-retirado da família. É preciso criar as condições de integração desse sujeito com os demais que vivem nas Casas.

As atividades recreativas, por estarem muito próximas daquilo que as crianças e adolescentes mais gostam de fazer, parece favorecer essa integração. A preocupação com esse tipo de situação foi relatada por Laura: “Uma menina recém retirada da família se abraçou em mim chorando e pedindo para eu chamar o pai dela para buscá-la. Uma criança pequena não merecia viver aquilo”.

A pouca persistência nas atividades e a intolerância à frustração caracterizam grande parte das crianças e adolescentes atendidas pelo Projeto. Essa talvez seja uma das grandes dificuldades no trabalho desenvolvido, pois, a todo momento, era preciso argumentar e convencer os participantes de que, em um grupo, nem sempre a vontade individual prevalece. Exemplo dessa situação foi a curta participação dos meninos em uma banda criada pela Secretaria da Cidadania, em que o estagiário Luis constatou: “a maioria já saiu da banda” (Diário de Campo, 16/09/2008). Alguns meninos participaram de alguns ensaios e depois não quiseram mais comparecer.

Nas brincadeiras e nos jogos, era muito comum alguém dizer “não brinco mais”. Essa expressão se manifestava, em especial, na derrota, na escolha das atividades e na definição dos parceiros. Na derrota, quando em alguma atividade não é o vencedor; na escolha do que será realizado, quando a proposta apresentada pelo professor é diferente daquilo que imaginava fazer, e na definição dos parceiros, quando a dupla, o trio ou grupo formado não agrada algum participante. Para superar essas dificuldades faz-se necessário mostrar permanentemente às crianças e aos adolescentes o valor que a solidariedade e a cooperação tem na vida humana. Os diálogos desenvolvidos nas aulas de educação física revelam que o esquecimento desses valores pode comprometer o trabalho que é programado e proposto.

As brincadeiras e os jogos constituíam-se em espaços de manifestação de sentimentos. Além da relatada pouca tolerância em relação à frustração, observou-se muitas demonstrações de afeto e de proteção à família durante a realização dessas atividades. O afeto era expresso nos recados, nos abraços e nos beijos dispensados aos estagiários e aos colegas. O depoimento da estagiária Cleusa manifesta esse sentimento: “um fato que me sensibilizava imensamente era quando um dos meninos, ao me ver, vinha correndo me chamando de mãe [...]”. Já a proteção à família aparecia fundamentalmente nas discussões quando alguém ofendia um ente familiar do abrigado. Os

<sup>11</sup> PCC significa *Prática como Componente Curricular*, nome da disciplina em que são desenvolvidas as ações do Projeto de Extensão.

insultos às mães e aos pais eram recorrentes nas discussões e eram motivo de grande indignação por parte do ofendido. Tal indignação era causa de acirradas polêmicas e brigas.

Logo no início do Projeto, muitas pessoas da comunidade universitária perguntavam quem eram os sujeitos que viviam nas Casas Lares. A recorrente pergunta era acompanhada de uma ideia de que as Casas abrigam usuários e traficantes de drogas, moradores de rua, delinquentes e transgressores das leis. De acordo com a estagiária Paula, “minhas expectativas eram as piores possíveis, imaginava encontrar nas Casas crianças marginalizadas, usuários de drogas e moradores de rua; pensava nas Casas como sendo abrigos enormes com muitas crianças e todas misturadas, sem distinção de idade”.

A falta de conhecimento do papel das Casas pode induzir atitudes preconceituosas em relação aos sujeitos que lá vivem. Assim, essas vítimas da ausência de vínculos familiares seriam mais uma vez alvo de uma violência por parte da sociedade, que as rotula e desclassifica.

A imagem de que os sujeitos residentes nas Casas teriam cometido algum tipo de delito ou são agressivos estava presente nos comentários de vários estagiários antes das primeiras visitas a esses espaços. A estagiária Claudia revelou ter mudado sua visão quando conheceu o trabalho que lá era desenvolvido: “tinha uma visão muito negativa das crianças abrigadas, as caracterizava como ‘delinquentes’, ou criava uma imagem negativa. Quando as conheci, pude constatar que, muito pelo contrário, são crianças meigas e carentes de atenção, retiradas de suas famílias por serem mal tratadas”.

Há um entendimento, ainda presente no senso comum, de que as Casas Lares abrigam sujeitos que podem ameaçar de alguma maneira o convívio social. Há, inclusive, alguma resistência dos moradores quando sabem que será instalada, em uma determinada localidade, uma dessas instituições. É como se a presença de uma Casa Lar pudesse representar algum tipo de risco aos moradores vizinhos ou a desvalorização do seu patrimônio.

Assim, a experiência do exercício docente em uma Casa Lar possibilita, do ponto de vista da formação em educação física, aprendizagens de natureza diversa. Ao mesmo tempo em que é necessário preparar e adaptar jogos e brincadeiras a cada grupo de trabalho, é preciso compreender o conjunto de situações que surgem no cotidiano, conforme explicitado aqui. Tais aprendizagens e compreensões permitem

ao profissional em formação uma visão ampliada da realidade, em que a escuta e o olhar para as manifestações dos sujeitos com quem se trabalha podem sugerir mudanças importantes na ação que está sendo realizada. Trata-se, de fato, de um processo, como define [Freire](#) (1999, p. 25), em que “quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”.

### Considerações finais

Este ensaio analisou uma experiência de trabalho com pessoas privadas do convívio mais elementar para o desenvolvimento humano, o convívio familiar. De fato, ao fazer a análise dos abrigados, é preciso pensar na dignidade humana que lhes foi roubada.

As atividades recreativas desenvolvidas no Projeto de Extensão “A Universidade vai à Casa Lar” não são capazes de preencher todas as lacunas emocionais das crianças e adolescentes atendidos, mas podem contribuir significativamente na formação deles na medida em que se constituem em momentos de socialização, de troca afetiva, de aprendizagem, de desenvolvimento e de manifestação de sentimentos. Enfim, tais atividades podem contribuir na valorização da autoestima desses sujeitos.

As reflexões realizadas no texto, a partir do desenvolvimento das atividades recreativas com crianças e adolescentes, permitem a indicação de alguns aspectos que merecem mais atenção do Estado e da sociedade. São eles:

a) A necessidade de correção das desigualdades sociais. Enquanto forem tão acentuadas as diferenças de vida entre as camadas mais e as menos favorecidas economicamente, maiores serão as chances das famílias serem consideradas sem condições de permanecer com os filhos. Assim, faz-se necessária a implementação de políticas públicas que eliminem a violação dos direitos a educação, saúde, moradia, etc. do cidadão, pois a ausência do Estado ou sua tímida interferência naqueles setores mais desfavorecidos da população contribui para a produção e para o acirramento das demandas de abrigamento.

b) A qualificação das políticas públicas de atendimento às crianças e aos adolescentes que vivem em abrigos. Políticas que permitam o resgate da cidadania dos sujeitos que vivem nesses locais, bem como o acompanhamento e o atendimento das famílias para que seja possível o retorno ao lar, já que grande parte das crianças e adolescentes que vivem em abrigos possuem famílias.

c) A correção da defasagem idade-série das crianças e adolescentes que vivem em abrigos. Quase a totalidade desses sujeitos têm uma idade bem avançada para a série que frequentam na escola. Esse é mais um elemento que pode servir para restringir o exercício da cidadania, pois o precário acesso e a difícil permanência na escola poderão reduzir suas chances de se tornarem autônomos e independentes na sociedade e, ainda, limitar suas condições de lutar por um mundo diferente daquele em que vivem. Isso porque qualquer luta pela transformação do mundo passa, em primeiro lugar, pela possibilidade de entendimento e desvelamento da realidade.

d) A criação de espaços que assegurem o prazer nas Casas. Embora não haja dúvidas sobre a importância atribuída a um projeto universitário de atividades recreativas para crianças e adolescentes pelos profissionais que atuam nas Casas, é clara a necessidade de valorizar e ampliar esses momentos. Os gestores públicos e os profissionais que atuam nas Casas precisam compreender que os momentos de lazer, além de propiciarem aprendizagens, podem tornar os ambientes mais harmônicos e felizes.

Para finalizar, este estudo mostrou que o professor de educação física que atua em uma Casa Lar precisa dominar os conteúdos específicos de seu campo de atuação, de modo a assegurar o acesso, aos sujeitos que lá residem, ao conjunto de atividades corporais produzidas pela humanidade. Entretanto, esse tipo de trabalho vai além desse domínio, pois demanda uma compreensão dos diferentes aspectos que se sobressaem no cotidiano das Casas, como por exemplo, o processo de abrigamento, as relações entre as pessoas que lá residem e os traumas familiares e sociais.

## Referências

[ALEXANDRE](#), D. T.; [VIEIRA](#), M. L. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 207-217, mai./ago. 2004.

[AZÔR](#), A. M.G. C. C. V.; [VECTORE](#), C. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. **Estudos de Psicologia**, Campinas: 25(1):77-89; jan-mar. 2008.

[BENEVIDES](#), M. V. A construção da democracia no Brasil pós-ditadura militar. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002.

[BERGER](#), P. L.; [LUCKMANN](#), T. **A construção social da realidade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. [Constituição](#) Federal, 1988.

BRASIL. [Lei nº 8.069](#), de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente (ECA).

BRASIL. Ministério da Saúde. Efeitos do uso do crack. Brasília, 2009. Disponível em: [www.portal.saude.gov.br/portal/sas/mental/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=23169](http://www.portal.saude.gov.br/portal/sas/mental/visualizar_texto.cfm?idtxt=23169). Acesso em 05 mar. 2009.

[FREIRE](#), P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

[MELLO](#), S. G.; [SILVA](#), E. R. A. Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos. In: [SILVA](#), E. R. A. (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

[SILVA](#), E. R. A. (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

[SOARES](#), C. et al. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

[TELLES](#), V. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

[TRIVIÑOS](#), A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

Endereço:

Valdelaine Mendes  
Universidade Federal de Pelotas/ Pelotas/RS  
Rua Barão de Butuí, 281/702 Centro  
Pelotas RS Brasil  
96010-330  
e-mail: [valrosamendes@uol.com.br](mailto:valrosamendes@uol.com.br)

Recebido em: 11 de maio de 2009.

Aceito em: 30 de julho de 2009.



Motriz. Revista de Educação Física. UNESP, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1980-6574 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)